

Atos do Poder Executivo – Edição Extra

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.366, DE 12 DE JUNHO DE 2026. Amplia e organiza o uso de fundos públicos de garantia e investimento (FGO, FIIS e Fust) para financiar a renovação de frota e infraestrutura de serviços de transporte urbano de passageiros e cargas com foco em descarbonização, com ênfase em micro e pequenas empresas, produtores rurais, profissionais de transporte e agentes do setor de telecomunicações.

Presidência da República/Casa Civil

RESOLUÇÃO CGEFROTA Nº 1, DE 12 DE JUNHO DE 2026. Aprova plano anual específico de aplicação dos recursos do FIIS destinados à renovação de frota e infraestrutura ligada ao aumento de produtividade e à descarbonização dos serviços de transporte urbano individual de passageiros ou de cargas.

Presidência da República/Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 3 DE JUNHO DE 2026. Institui o Plano de Implantação do Serviço Biométrico Federal e define data de adoção do Fluxograma de expedição da Carteira de Identidade Nacional.

Ministério da Fazenda/Gabinete do Ministro

PORTARIA MF Nº 1.718, DE 12 DE JUNHO DE 2026. Altera a Portaria Normativa MF nº 1.243/2026 para ajustar regras de transferência de recursos ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), estabelecendo prazo específico para cooperativas de crédito singulares não filiadas e definindo a forma de cálculo da transferência pelas administradoras de consórcio.

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 15.432, DE 13 DE JUNHO DE 2026. Institui o marco legal do transporte público coletivo urbano, veicula as normas específicas atinentes às regras gerais para prestação dos serviços de transporte público coletivo; e altera a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336/2001, a Lei nº 10.636/2002, e a Lei nº 12.587/2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

